



Corregedor quer maior valorização do Judiciário



Da esquerda para a direita: Ana Cristina Blasi, Jefferson Kravchynchyn, Vanderlei Romer, Francisco Falcão, Cláudio Barreto Dutra, Jorge Mussi, Gastaldi Buzzi, Lúcio Munhoz e Antenor Chinato Ribeiro

A Corregedoria Nacional de Justiça iniciou no dia 18/2 a inspeção ordinária ao Poder Judiciário de Santa Catarina, que deverá se estender até o próximo dia 1º de março. Trata-se de procedimento-padrão desenvolvido pela Corregedoria em todos os estados brasileiros.

Uma solenidade realizada no auditório do Pleno do TJ, com a presença do corregedor-geral nacional, ministro Francisco Falcão, e do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Cláudio Barreto Dutra, marcou a abertura oficial dos trabalhos, que envolverão averiguações de procedimentos de

natureza jurisdicional e administrativa, inclusive os executados por cartórios extrajudiciais e unidades da Administração Pública sob a fiscalização do Judiciário.

O ministro Falcão, recém-empossado no cargo, comanda a segunda inspeção de sua gestão. Esteve antes na Paraíba. Sua intenção é introduzir uma política de valorização cada vez maior do Poder Judiciário, com a promessa de punição aos faltosos, em favor da preservação da instituição.

Em Santa Catarina, o corregedor detalhou os trabalhos previstos. "Faremos a inspeção com a participação da OAB,

do Ministério Público e daquelas pessoas interessadas em apresentar suas reclamações; ao final, produziremos um relatório que será discutido com o presidente do TJ, que de antemão já se comprometeu a cumprir todas as determinações que a Corregedoria entender necessárias", esclareceu.

O presidente do TJ garantiu que a Justiça catarinense está de portas abertas à inspeção, vista como uma medida de aperfeiçoamento. "Nosso espírito é de cooperação e aprendizado", pontuou. Na plateia, magistrados e servidores da Corregedoria Nacional de Justiça e do Judiciário catarinense.

CNJ realiza atendimento ao cidadão na Capital

A Corregedoria Nacional de Justiça iniciou atendimento ao cidadão na segunda quinzena de fevereiro, no auditório do Fórum Eduardo Luz, no centro da Capital. Seis servidores do Conselho Nacional de Justiça e da Justiça Federal atuam sob a coordenação do juiz-corregedor Gabriel da Silveira Matos.

A inspeção ordinária ao Poder Judici-

ário de Santa Catarina envolve a averiguação de procedimentos em atos praticados por cartórios extrajudiciais, por servidores, magistrados e outros agentes atuantes em unidades da Administração sob a fiscalização do Judiciário.

O procedimento-padrão desenvolvido pela Corregedoria Nacional é realizado em todos os estados, e o cidadão que tiver alguma dúvida ou questão

pode apresentá-la nestes dias. Neste caso, o interessado deve comparecer ao auditório com cópias de documento de identificação civil, Cadastro de Pessoa Física (CPF) e comprovante de residência.

As inspeções terão a participação da Ordem dos Advogados do Brasil e do Ministério Público. As análises dos documentos acontecerão de 25/2 a 1º/3. Ao final, será elaborado relatório à Presidência

do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, para ciência das determinações que a Corregedoria Nacional entender necessárias.

Local:

Fórum Eduardo Luz, Rua José da Costa Moellmann, 196 - Centro, Florianópolis.

Data:

Do dia 18 a 22 de fevereiro de 2013.

Horário:

De 19 a 21/2, das 9h às 17h, com senhas distribuídas até as 16h. No dia 22/2 (sexta-feira), das 9h até as 14h30min, com senhas distribuídas até as 12h.

Contato do fórum:

(48) 3287-6900



Tribunal e Udesc celebram convênio para reestruturação administrativa da Corregedoria



O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Cláudio Barreto Dutra, e o vice-reitor da Udesc, professor Marcus Tomazi, assinaram convênio na tarde do dia 15/2, com o objetivo de possibilitar a realização de um projeto de reestruturação administrativa da Corregedoria-Geral de Justiça (CGJ), sob a responsabilidade da Escola Superior de Administração e Gerência (Esag).

A primeira etapa do trabalho, que consistirá em avaliação e diagnóstico de situação, tem prazo de conclusão previsto para 180 dias. Ele será coor-

denado pelo professor Everton Luis Pellizzaro de Lorenzi Cancelier, daquela instituição, em atuação conjunta

com o servidor Rinaldo Celso Feldmann Filho, atualmente lotado na Diretoria-Geral Judiciária.

“Nosso objetivo é buscar e ampliar o princípio da eficiência na administração da corregedoria, de forma a preparar nossa instituição para o melhor desempenho de suas diversas e fundamentais atividades”, esclareceu o corregedor-geral de Justiça, desembargador Vanderlei Romer, que participou da solenidade acompanhado por seus principais assessores.

Ele fez questão de enaltecer a participação do desembargador Cláudio

Dutra em todo o processo. “Agradeço o apoio do nosso presidente, que, desde sempre, através de palavras e ações, demonstrou integral apoio ao projeto”, afirmou. O vice-reitor da Udesc fez um breve histórico sobre a instituição que dirige e consignou sua alegria com o convênio firmado.

“Por muito tempo trabalhamos apenas na formação de profissionais; agora investimos também em pesquisa e extensão, e este convênio é um marco para nós, pois possibilitará a aplicação do nosso conhecimento em um ambiente externo ao mundo acadêmico”, anotou.



Des. Romer (esquerda) e des. Cláudio Barreto Dutra (direita)

TJ discute orçamento e queda de arrecadação



O corpo diretivo do Tribunal de Justiça esteve reunido na manhã do dia 15/2, oportunidade em que discutiu assuntos administrativos e relacionados ao acompanhamento de projetos prioritários da gestão.

A previsão de queda da arrecadação estadual e seu reflexo no orçamento do Judiciário foi um dos temas abordados, assim como a necessidade de incre-

mentar os índices de execução dos projetos em geral.

Neste ano, aliás, as reuniões para ajustes orçamentários deverão ocorrer mais cedo, já a partir do mês de março. Para breve, também, o reinício do processo de análise estratégica da gestão, a partir do acompanhamento dos indicadores nas diversas áreas de atuação do Judiciário.

Diversos outros assuntos foram discutidos no encontro ao longo da manhã, entre eles projetos em andamento como a reforma do prédio do Arquivo Central; a ocupação do novo prédio do Arquivo Central, no bairro Brejaru, em Palhoça; a instalação

da Vara da Família de Santo Antônio de Lisboa; e a implantação do processo digital na comarca da Capital.

Os juízes André Happke e Marcelo Pizolati, o chefe de gabinete, Ricardo Albino França, e os diretores-gerais Administrativo e Judiciário, respectivamente, Cleverson de Oliveira e Maurício Walendowski Sprícigo, comandaram os trabalhos da reunião.

